

Parecer do TCU avaliza obras

Repasse para conclusão do metrô e para o Pavilhão C da Papuda não será cancelado

AUDITORIAS FEITAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NÃO ENCONTRAM IRREGULARIDADES NAS DUAS OBRAS

KARLA MENDES

O Distrito Federal deverá ficar de fora da lista negra de obras irregulares elaborada pelo Ministério da Fazenda. Fontes ligadas ao governo federal nega-

ram o cancelamento dos repasses de recursos do Orçamento da União para as obras do metrô e do Pavilhão C do Complexo Penitenciário da Papuda, consideradas regulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A partir do ano que vem, a não inclusão de obras suspeitas no Orçamento é uma das medidas moralizadoras a serem anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os boatos sobre a possível inclusão do metrô e do novo pavilhão da Papuda na lista de obras suspeitas sur-

prenderam o GDF. "O ministro Pedro Parente (chefe da Casa Civil) disse publicamente que apenas obras apontadas como irregulares pelo TCU seriam incluídas na lista", afirmou o secretário de Comunicação, Welington Moraes. "As auditorias feitas pelo TCU não constataram irregularidades no Pavilhão C ou no metrô." Ele informou que os repasses federais para as duas obras continuam a ser feitos normalmente.

A primeira etapa das obras do Pavilhão C da Papuda, orçada em R\$ 16 mi-

lhões, deverá ser inaugurada no dia 25. O metrô, que deve ficar pronto em dezembro, vai gastar R\$ 57 milhões. Ambas foram investigadas pelo TCU, que não constatou indícios de desvios de recursos, locupletação ou desfalque. "O relatório da auditoria feita no metrô foi aprovado por unanimidade e as denúncias contra a Papuda foram arquivadas", disse Welington Moraes. Segundo ele, a possibilidade de inclusão das obras na lista negra simplesmente inexistente. "Temos todos os relatórios do TCU e devemos encaminhá-los se

houver qualquer dúvida".

No ano passado, o TCU apontou 152 obras sob suspeita em todo o País, 42 delas com graves indícios de irregularidades. Um novo relatório do Tribunal, que será submetido a plenário em setembro, aponta 195 obras com problemas. Escaldado pelo escândalo dos desvios de verbas para o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, o governo federal vai exigir que além da avaliação positiva do TCU, os órgãos gestores avalizem as obras sob sua responsabilidade.

Tirar as obras suspeitas

do Orçamento, no entanto, é apenas uma das medidas de controle que se pretende implantar para evitar a sangria dos cofres públicos. O presidente Fernando Henrique Cardoso anuncia hoje um pacote contra desvios de recursos e tráfico de influência de funcionários públicos. Entre as novidades, o novo Código de Ética do Servidor Público, um sistema de acompanhamento de obras públicas via internet, disques-denúncias e um projeto de lei que vai reduzir o prazo para as análises de irregularidades pelo TCU.